



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

## **PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 357/2025**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE/RS**

**ASSUNTO:** Necessidade da Secretaria Municipal de Administração de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria de ICMS, Guias nos Modelos A e B, Programa de Integração Tributário para o Município.

A solicitação está fundamentada no Artigo 74, Inciso III, "c", da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de Processo Licitatório, por inexigibilidade, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de consultoria de ICMS, Guias nos Modelos A e B, Programa de Integração Tributário para o Município.

A fase preparatória do presente processo licitatório foi instruída com Termo de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, bem como a Demonstração de Exclusividade ou Notória Especialização.

Vieram os autos para exame e parecer, nos termos do Art. 53 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

### **É o Relatório.**

Trata-se do princípio constitucional do devido Processo Licitatório, aplicado no caso presente em observância às disposições da Lei Federal Nº 14.133/2021.

1. Com efeito, verifica-se que o processo licitatório sob exame tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços consultoria de ICMS, Guias nos Modelos A e B, Programa de Integração Tributário para o Município.



## DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1. O objeto da presente inexigibilidade licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria: ICMS, guias nos modelos A e B, programa de integração tributária.

2. A contratação é necessária haja vista a necessidade de haver um suporte à nova administração com acompanhamento técnico específico, de forma mais tempestiva e presente, para que os servidores possam absorver melhor os conhecimentos transmitidos, aplicando de forma mais rápida e precisa nas rotinas de procedimentos em Gestão pública.

3. Necessita-se também verificar a correção e majorar o retorno ao município, ainda, orientações para verificação, exame, correto preenchimento e auditoria de guias, detecção dos contribuintes omissos na entrega das guias, acompanhamento da digitação e correção de inconsistências do programa Sitagro (referente à produção primária, bem como do cadastro de produtores; para conferência dos relatórios).

2. A contratação pretendida está compatível com o Plano de Contratações Anual, conforme o previsto no Regulamento N° 3.698 de 17 de janeiro de 2024.

3. Foram elaborados Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência que atendem aos pressupostos legais insitos nos Artigos 18, § 1º, e 40, § 1º, ambos da Lei Federal N° 14.133/2021.

4. O valor estimado da contratação é de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, totalizando no período de 12 (doze) meses R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais),

O Contador apontou as dotações orçamentárias para atender a demanda.

5. Consoante o disposto **nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência**, o objeto licitado tem natureza de serviço especializado, sendo que o critério será a inexigibilidade, pelo que se mostra adequada a modalidade, **nos termos do Artigo 74, Inciso III, "c", da Lei Federal N° 14.133/2021.**







**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

6. A Minuta de Contrato, adaptada ao objeto da presente licitação, prevê as cláusulas necessárias para o cumprimento da obrigação, nos termos do Art. 92 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

Em **face do exposto**, opina-se pela regularidade jurídica do presente Processo Licitatório, pelo que nada obsta seja o presente feito encaminhado à autoridade superior, para que decida sobre o prosseguimento do processo.

No entanto, para garantir a legalidade do procedimento, recomenda-se que:

1. Justifique a escolha da empresa com base em critérios técnicos e de eficiência;

2. Publique os atos administrativos relacionados à contratação para garantir a transparência.

E, sugere-se que o processo seja devidamente publicado e submetido à fiscalização interna e externa, em conformidade com o Art. 94 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

**ALTO ALEGRE/RS, 17 DE MARÇO DE 2025.**

*Jackeline Adriani Vizzotto Bertoldi*  
**JACKELINI ADRIANI VIZZOTTO BERTOLDI**  
**ASSESSORA JURÍDICA**  
**OAB/RS 59.635**